

AGEHAB – AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A

CNPJ nº 01.274.240/0001-47

Notas Explicativas da administração às Demonstrações Contábeis de 31 de Dezembro de 2018

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A, adiante denominada AGEHAB, uma sociedade por ações capital fechado, de economia mista, integrante da administração indireta do Estado de Goiás, sucedânea da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE GOIÁS – COHAB-GO, criada na forma do Decreto-Lei Estadual nº 226, de 03 de julho de 1970 e Lei Municipal de Goiânia nº 4.652, de 29 de dezembro de 1972, transformada na Agência Goiana de Habitação, através da Lei Estadual nº 13.532, de 15 de outubro de 1999, sendo credenciada para administrar a carteira habitacional pertencente ao Estado de Goiás e, subordinada ao controle acionário do Governo de Goiás, se reger-se-á pelo presente Estatuto e pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto Estadual nº 8.801, de 10 de novembro de 2016.

A AGEHAB é uma sociedade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, jurisdicionada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA – alterado conforme Lei Estadual nº 17.257 de 25 de Janeiro de 2011 para Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SEDE

A AGEHAB, para todos os efeitos jurídicos, tem sede e foro na cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na Rua 18-A, nº 541, Quadra 31-A, Lote 20/21, Setor Aeroporto, CEP: 74070-060 e jurisdição em todo território nacional.

OBJETO SOCIAL

A AGEHAB tem por objetivo desenvolver e implementar a política habitacional do Estado de Goiás, devendo para isso:

I – produzir unidades habitacionais de interesse social, obedecendo aos critérios e às normas estabelecidas pela Legislação Federal e Estadual;

II – administrar a Carteira Imobiliária pertencente ao Estado de Goiás, procedendo, por meio deste instrumento, com a comercialização de unidades habitacionais de interesse social;

III – realizar estudos, pesquisas e levantamento socioeconômico e urbanístico, dimensionando e qualificando a oferta e a demanda habitacional no estado de Goiás, em especial, nos municípios em que atue;

IV – elaborar programas e projetos, executar, produzir e comercializar unidades habitacionais e lotes urbanizados, equipamentos comunitários, obras de infraestrutura e atividades de desenvolvimento urbano;

V- identificar e mobilizar fontes para financiamento dos planos de habitação social, inclusive, aqueles destinados a equipamentos e à investidura de apoio ao desenvolvimento da comunidade;

VI – empreender construções, para si ou para terceiros, e participar de transações comerciais e industriais ou, ainda, de sociedades correlatas, desde que vinculadas às suas finalidades;

VII – exercer a comercialização e, quando entender oportuno, a industrialização de materiais de construção, desde que vinculada à sua finalidade;

VIII – elaborar, apoiar e executar, em caráter multidisciplinar, ouvida a população residente, e em articulação com outras entidades públicas e privadas, programas e projetos de desenvolvimento comunitário, inclusive para atividades geradoras de renda, destinadas às populações dos conjuntos ou núcleos habitacionais construídos pela AGEHAB, no sentido de melhorar a qualidade de vida das famílias beneficiadas;

IX – realizar pesquisa tecnológica relativa à habitação social;

X – desenvolver atividades de fomento, em articulação com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA e órgãos afins, voltadas para:

a) iniciativas públicas que impliquem melhoria tecnológica e redução de custos da habitação social;

b) engenharia pública, objetivando a melhoria tecnológica e a segurança da habitação social, bem como as condições de urbanização de aglomerados urbanos habitados pela população de baixa renda. As atividades de engenharia pública poderão se desenvolver através da contratação de terceiros obedecida à legislação aplicável.

XI – atuar, como agência executiva da Secretaria jurisdicionante, nos programas, projetos e na execução e empreendimentos habitacionais, inclusive na zona rural, bem como na operacionalização de sua política de desenvolvimento urbano, por meio de convênios;

XII – prestar serviços, dentro de sua área de atuação, à Secretaria jurisdicionante e a outras Secretarias, aos municípios goianos, aos órgãos e empresas estatais da União e de outros Estados e seus Municípios;

XIII – articular com as prefeituras municipais, sindicatos, entidades associativas e cooperativas, visando desenvolver programas de cartas de créditos para o atendimento das necessidades de habitação de grupos sociais específicos que tenham no associativismo uma modalidade de aquisição de casa própria;

XIV – organizar bancos de dados relativos à habitação, materiais de construção e de serviços especializados, disponibilizando-os para os interessados;

XVI – realizar convênios ou contratos com instituições de ensino superior e organizações sociais, objetivando o fortalecimento da gestão pública e apoio institucional na área habitacional, a realização de estudos e pesquisas relativas à habitação e ao desenvolvimento urbano;

XVI – promover a regularização fundiária das ocupações de interesse social, na forma da legislação vigente, bem como, estabelecer parcerias com Municípios, Entidades, Associações e Outros para capacitação técnica e outros serviços na área em questão;

XVII – elaborar projetos e empreendimentos habitacionais, em zona urbana ou rural atendendo à:

a) valorização dos materiais e tecnologias locais, com ênfase naquelas que priorizem o conforto ambiental, combinado com a redução de custos;

b) compatibilização dos projetos de abastecimentos de água, esgoto sanitário, energia elétrica, iluminação pública, hidráulico e elétrico das habitações, com o conjunto habitacional, a vila ou o bairro em que se

§1.º Considera-se engenharia pública a prestação gratuita de assistência técnica nas áreas de arquitetura e engenharia às pessoas de baixa renda, com vistas à construção de suas casas, seguindo procedimentos técnicos, corretos e seguros, bem como na urbanização dos aglomerados urbanos que habitem.

§2.º Fica a cargo do Chefe do Poder Executivo dispor, por meio de Decreto, acerca dos procedimentos administrativos, financeiros e técnicos que serão aplicados no fomento à engenharia pública.

§3.º A AGEHAB, a fim de atender às necessidades básicas de produção de unidades habitacionais para a população de baixa renda poderá adquirir e alienar terrenos, receber doações, subvenções e auxílios, permutar, arrendar, alugar bens imóveis de sua propriedade, administrar imóveis, e, eventualmente, sugerir desapropriações ao Poder Público.

§4.º A AGEHAB poderá, para atender suas finalidades, firmar convênios, acordos ou contratos com pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado, interessadas na solução de problema habitacional de maneira geral, atuar na fundação e desenvolvimento de cooperativas ou outras formas associativas em programas habitacionais, bem como em processos de esforço próprio e ajuda mútua.

§5.º A AGEHAB, para atender às suas finalidades, poderá cobrar taxas de fiscalização, bem como comercializar seus projetos arquitetônicos de unidades habitacionais junto a empresas e/ou particulares.

Em cumprimento ao exigido pela lei 13.303 de 30 de junho de 2016 e ao decreto estadual 8.801 de 10 novembro de 2016, a agência instituiu comissões de estudo e implementou várias ações, como: adequação do Estatuto Social, Regime Interno, elaboração e publicação do Código de Ética e Conduta, elaboração e publicação da Carta Semestral de Políticas Públicas e Governança Corporativa, elaboração e publicação do Regulamento Interno de Licitações, contratos e Convênios, elaboração e publicação da Política de Distribuição de Dividendos, elaboração e publicação da Política de Divulgação das Informações, elaboração e Publicação da Política de Sustentabilidade, elaboração e Publicação da Política de Transação de Partes Relacionadas e criação do comitê Estatutário de Avaliação e Indicação dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

DOS CONSELHEIROS E ADMINISTRADORES

O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada da AGEHAB, será composto por 05 (cinco) membros, pessoas naturais e residentes no país, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, que indicará o Presidente e seu substituto, todos com prazo de mandato que não poderá ser superior a 3 (três) anos, permitida a reeleição, os quais perceberão honorários mensais de 10%(dez por cento) da média da remuneração paga os Diretores da empresa.

A Diretoria Executiva (Conforme Ata da 95ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de maio de 2017) é um órgão de natureza colegiada com poderes para exercer a administração da AGEHAB, e tem a seguinte composição:

I – 01 (um) Presidente,

II – 01 (um) Vice-Presidente, III – 01 (um) Diretor Técnico,

IV – 01 (um) Diretor Administrativo, V – 01 (um) Diretor Financeiro,

VI – 01 (um) Diretor de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica e VII – 01 (um) Diretor de Governança e Transparência.

Os diretores perceberão honorários equivalentes de até 90% da remuneração paga ao cargo de Presidente.

O Conselho Fiscal é órgão fiscalizador da administração e funcionará em caráter permanente e com atribuições fixadas em lei, sendo composto por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, brasileiros, acionistas ou não, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa, os quais perceberão honorários mensais de 10%(dez por cento) da média da remuneração paga os Diretores da empresa.

REMUNERAÇÃO	VALOR
Presidente e Diretores	R\$ 2.313.794,14
Conselhos Fiscal e Administração	R\$ 265.842,04
TOTAL	R\$ 2.579.636,18

2. CONTEXTO OPERACIONAL

A habitação teve um ano produtivo em 2018. Apesar da crise econômica, que em âmbito federal causou a diminuição ostensiva de investimentos na área habitacional, o investimento foi constante em diversas frentes de trabalho, da construção de novas unidades, passando por reformas e melhorias, até a continuidade da política de regularização fundiária.

Somente com o programa Cheque Mais Moradia foram entregues mais de R\$ 52 milhões em recursos estaduais para a área, em 2018. O investimento direto engloba construção de novas moradias e equipamentos comunitários, além de reforma e melhoria de moradias e equipamentos já existentes.

Apenas cumprindo-se a determinação de conclusão das obras iniciadas, foram entregues quase 6 mil novas unidades em todo o Estado. Com o foco em parcerias e aporte de recursos do Cheque Mais Moradia, a administração estadual tem dado continuidade a uma revolução na habitação de interesse social em Goiás. E um dos maiores motivadores deste processo foi a adesão da Agehab ao Programa Goiás Mais Competitivo em 2016 e ao Programa Goiás na Frente em 2017, ações que impulsionaram a Agehab a realizar melhorias no planejamento, execução e no monitoramento de suas obras.

Com a implementação de estratégias, definição de prioridades e ações específicas e essenciais para a área de habitação, além da implantação do modelo de governança estruturado desde o operacional até a alta direção, a Agência foi estimulada a manter o ritmo de trabalho, obtendo informações cada vez mais confiáveis e detalhadas, o que propiciou uma melhoria nas tomadas de decisões dentro do órgão. Sendo assim, ampliou seus mecanismos de gestão de recursos e a manutenção das frentes de trabalho nos municípios.

O modelo criado pelo governo do Estado de Goiás tornou-se referência, pela agilidade com que disponibiliza recursos públicos para que as famílias de baixa renda melhorem suas condições de moradia, avançando assim no trabalho contra o déficit habitacional do Estado.

Com emprego sistematizado de recursos, monitoramento regular de resultados, combinados ao constante desenvolvimento da expertise acumulada ao longo dos últimos anos de trabalho, a frente habitacional desenvolvida na Agehab vem se consolidando como uma das vitrines de administração eficiente, à qual se propõe o Governo de Goiás.

➤ **BENEFÍCIOS - CHEQUE MAIS MORADIA**

Quantidade de Cheques Entregues pela AGEHAB	Recurso Estadual	Municípios Atendidos
7.273	R\$ 52.417.620,00	107

 ➤ **CASAS ENTREGUES**

Casas Entregues (UH)	Municípios Atendidos
5.965	36

 ➤ **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - ENTREGA E ASSINATURA DE ESCRITURAS**

	Escrituras	Municípios Atendidos	Bairros Atendidos
ENTREGUES	1.991	17	35
ASSINADAS	985	7	14

 ➤ **CHEQUE MAIS MORADIA ENTREGUES 2018**

MODALIDADE	QUANTIDADE DE CHEQUES ENTREGUES	RECURSO ESTADUAL
CASA RURAL	415	1.037.500,00
COMUNITÁRIO	104	4.149.000,00
CONSTRUÇÃO	3.270	36.649.220,00
MELHORIA	626	1.878.000,00
PLACA	202	1.010.000,00
REFORMA	2.656	7.693.900,00
Total Geral	7.273	52.417.620,00

 ➤ **CHEQUES MORADIA ENTREGUES POR MÊS/2018**

PERÍODO	QUANTIDADE DE CHEQUES ENTREGUES	RECURSO ESTADUAL
JANEIRO	538	2.369.500,00
FEVEREIRO	346	1.839.000,00
MARÇO	1.264	4.571.700,00
ABRIL	90	350.600,00
MAIO	188	1.665.400,00
JUNHO	563	1.995.600,00
JULHO	1.157	5.507.400,00
AGOSTO	674	2.905.320,00
SETEMBRO	585	5.273.400,00
OUTUBRO	429	4.047.800,00
NOVEMBRO	928	10.770.900,00
DEZEMBRO	511	11.121.000,00
Total Geral	7.273	52.417.620,00

 ➤ **CHEQUES MORADIA ENTREGUES POR MUNICÍPIO - 2018**

N	MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE CHEQUES ENTREGUES	RECURSO ESTADUAL
1	ACREÚNA	167	606.500,00
2	ALTO HORIZONTE	2	5.000,00

3	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	2	100.000,00
4	AMARALINA	36	102.200,00
5	ANÁPOLIS	198	3.873.000,00
6	ANICUNS	104	304.700,00
7	APARECIDA DE GOIÂNIA	429	2.703.400,00
8	APARECIDA DO RIO DOCE	1	20.000,00
9	ARAGARÇAS	1	50.000,00
10	ARAGOIÂNIA	1	40.000,00
11	ARAGUAPAZ	2	30.000,00
12	ARUANÃ	1	2.500,00
13	AVELINÓPOLIS	15	42.100,00
14	BARRO ALTO	448	1.484.000,00
15	BOM JARDIM DE GOIÁS	1	30.000,00
16	BOM JESUS DE GOIÁS	1	20.000,00
17	BONFINÓPOLIS	18	990.000,00
18	BONÓPOLIS	81	609.900,00
19	CABECEIRAS	42	124.800,00
20	CACHOEIRA ALTA	545	2.060.000,00
21	CAÇU	50	150.000,00
22	CALDAS NOVAS	3	191.000,00
23	CAMPO ALEGRE DE GOIÁS	203	941.000,00
24	CAMPOS VERDES	15	40.000,00
25	CATALÃO	67	167.500,00
26	CERES	2	5.000,00
27	CIDADE OCIDENTAL	7	135.000,00
28	CRISTIANÓPOLIS	1	70.000,00
29	CRIXÁS	51	136.400,00
30	CUMARI	2	80.000,00
31	DAMIANÓPOLIS	4	20.000,00
32	DAVINÓPOLIS	1	20.000,00
33	ESTRELA DO NORTE	1	50.000,00
34	FAINA	33	87.500,00
35	FORMOSA	2	60.000,00
36	FORMOSO	1	60.000,00
37	GOIANÁPOLIS	14	870.000,00
38	GOIANDIRA	49	260.000,00
39	GOIANÉSIA	441	2.240.000,00
40	GOIÂNIA	414	9.558.500,00
41	GOIANIRA	1	2.500,00
42	GUARINOS	74	1.065.000,00
43	HEITORAÍ	10	25.000,00
44	HIDROLINA	50	119.400,00

45	IPAMERI	9	45.000,00
46	IPIRANGA DE GOIÁS	33	117.500,00
47	ITAGUARI	2	5.000,00
48	ITAGUARU	12	35.500,00
49	ITAJÁ	62	155.000,00
50	ITAPACI	81	233.100,00
51	ITARUMÃ	43	445.000,00
52	ITUMBIARA	1	60.000,00
53	JARAGUÁ	133	392.000,00
54	JATAÍ	113	337.000,00
55	JESÚPOLIS	1	40.000,00
56	JOVIÂNIA	4	20.000,00
57	JUSSARA	1	60.000,00
58	LAGOA SANTA	8	120.000,00
59	LUZIÂNIA	336	1.441.100,00
60	MAIRIPOTABA	3	120.000,00
61	MAMBAÍ	2	130.000,00
62	MARA ROSA	4	10.000,00
63	MATRINCHÃ	3	80.000,00
64	MIMOSO DE GOIÁS	35	87.500,00
65	MOIPORÁ	22	110.000,00
66	MORRINHOS	9	40.000,00
67	MORRO AGUDO DE GOIÁS	7	310.000,00
68	MUTUNÓPOLIS	58	174.000,00
69	NOVA AMÉRICA	18	90.000,00
70	NOVA GLÓRIA	5	80.000,00
71	NOVA VENEZA	104	565.800,00
72	ORIZONA	10	25.000,00
73	OUVIDOR	16	57.500,00
74	PALESTINA DE GOIÁS	6	40.000,00
75	PALMEIRAS DE GOIÁS	676	2.041.500,00
76	PALMINÓPOLIS	14	35.000,00
77	PARANAIGUARA	2	70.000,00
78	PILAR DE GOIÁS	4	10.000,00
79	PIRACANJUBA	6	15.000,00
80	PIRENÓPOLIS	36	209.000,00
81	PIRES DO RIO	47	241.220,00
82	PLANALTINA	19	5.185.000,00
83	PONTALINA	2	40.000,00
84	PORANGATU	89	2.019.200,00
85	PORTEIRÃO	42	190.000,00
86	POSSE	62	177.500,00

87	RIO QUENTE	10	25.000,00
88	RIO VERDE	6	220.000,00
89	RUBIATABA	6	240.000,00
90	SANCLERLÂNDIA	106	265.000,00
91	SANTA CRUZ DE GOIÁS	6	60.000,00
92	SANTA ROSA DE GOIÁS	74	185.000,00
93	SANTA TEREZINHA DE GOIÁS	19	47.500,00
94	SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS	1	50.000,00
95	SÃO FRANCISCO DE GOIÁS	1	40.000,00
96	SÃO JOÃO DA PARAÚNA	2	70.000,00
97	SÃO LUIZ DO NORTE	3	120.000,00
98	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	28	70.000,00
99	SENADOR CANEDO	162	448.500,00
100	SILVÂNIA	33	122.500,00
101	TRÊS RANCHOS	7	20.000,00
102	TRINDADE	168	547.200,00
103	UIRAPURU	217	850.500,00
104	URUAÇU	382	1.474.600,00
105	URUANA	118	497.500,00
106	VALPARAÍSO DE GOIÁS	18	1.330.000,00
107	VIANÓPOLIS	175	523.000,00
	Total Geral	7.273	52.417.620,00

➤ CASAS ENTREGUES POR MUNICÍPIO 2018

MUNICÍPIO	BAIRRO	QUANTIDADE UH
ACREÚNA	SETOR CANADA	54
AMARALINA	JARDIM PRIMAVERA (10) e PULVERIZADAS (30)	40
ANICUNS	RESIDENCIAL FLÁVIO ALVES	45
APARECIDA DE GOIÂNIA	RESIDENCIAL BURITI SERENO	832
APORÉ	LOTEAMENTO NOVO IPÊ	40
AVELINÓPOLIS	VILA SANTA VITÓRIA	35
CACHOEIRA ALTA	LOTES PULVERIZADOS	105
CACHOEIRA DE GOIÁS	PARAÍSO 2	31
CAÇU	SETOR VALE DO SOL	270
CALDAS NOVAS	RESIDENCIAL ESTÂNCIA ITANHANGÁ	768
CAMPINORTE	ROGÉRIO DA MATINHA	40
CAMPO ALEGRE DE GOIÁS	BAIRRO CEU AZUL	36
CASTELÂNDIA	RESIDENCIAL SOL NASCENTE	35
CUMARI	SETOR NOVA ERA II	50

FIRMINÓPOLIS	LOTEAMENTO JARDIM MARIANA	29
FLORES DE GOIÁS	SETOR ALTO DA GLÓRIA	40
GOIANÁPOLIS	RESIDENCIAL VEM MORAR NOVO HORIZONTE	58
GOIÂNIA	RES. NELSON MANDELA - CONJUNTO VERA CRUZ	1.216
	RESIDENCIAL JARDIM DO CERRADO X	1.080
GUARINOS	RESIDENCIAL VALE DO OURO	24
INACIOLÂNDIA	PITANGUEIRAS	33
INDIARA	LOTEAMENTO JB E POVOADO CARLÂNDIA	27
IVOLÂNDIA	JARDIM DO CAMPO	40
	JARDIM DO CAMPO E POVOADO COMPOLÂNDIA	80
JOVIÂNIA	SETOR TONICO ROSA	17
MATRINCHÃ	LOTEAMENTO SANTA LUZIA DE MATRINCHÃ	40
NOVO PLANALTO	LOTEAMENTO NOVO PLANALTO E SETOR AEROPORTO	40
PALMEIRAS DE GOIÁS	RESIDENCIAL MARIA PIRES PERILLO	260
PANAMÁ	BAIRRO DONA MATILDES	40
PONTALINA	RESIDENCIAL CARMÉLIO RICARDO PINTO	40
PORANGATU	RESIDENCIAL AMAZONAS	200
	RESIDENCIAL MARLENE VAZ	50
QUIRINÓPOLIS	RESIDENCIAL TALISMÃ	47
SANTA ISABEL	LOTES PULVERIZADOS	13
SANTO ANTÔNIO DA BARRA	RES. SOL NASCENTE II	40
SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	VILA QUEIROZ	50
SÃO SIMÃO	BAIRRO JARDIM LIBERDADE II	40
TURVELÂNDIA	FAZENDA SANTA MARIA	40
URUANA	MACEIÓ FERREIRA PIRES	40
Total Geral		5.965

➤ **ESCRITURAS ENTREGUES 2018**

N	MUNICÍPIO	DATA ENTREGA	QUANTIDADE ESCRITURAS ENTREGUES
1	APARECIDA DE GOIÂNIA	11/12/2018	510
	APARECIDA DE GOIÂNIA Total		510
2	ARAGUAPAZ	05/11/2018	49
	ARAGUAPAZ Total		49
3	CATALÃO	30/11/2018	46
	CATALÃO Total		46
4	CERES	08/06/2018	36
	CERES Total		36
5	CRISTIANOPOLIS	28/07/2018	15
	CRISTIANOPOLIS Total		15
6	CRIXAS	05/12/2018	43

CRIXAS Total			43
7	GOIÂNIA	06/04/2018	365
GOIÂNIA Total			365
8	GOIANIRA	31/10/2018	24
GOIANIRA Total			24
9	JARAGUA	10/07/2018	42
JARAGUA Total			42
10	MUTUNOPOLIS	25/05/2018	44
MUTUNOPOLIS Total			44
11	PALMEIRAS DE GOIÁS	12/11/2018	5
PALMEIRAS DE GOIÁS Total			5
12	RIO VERDE	15/06/2018	64
		20/12/2018	233
RIO VERDE Total			297
13	SENADOR CANEDO	12/03/2018	71
		02/04/2018	94
SENADOR CANEDO Total			165
14	SILVÂNIA	17/02/2018	26
SILVÂNIA Total			26
15	TRINDADE	21/08/2018	67
		03/12/2018	98
TRINDADE Total			165
16	BELA VISTA DE GOIÁS	18/12/2018	76
BELA VISTA DE GOIÁS Total			76
17	JATAI	20/12/2018	83
JATAI Total			83
Total Geral			1.991

➤ **ESCRITURAS ASSINADAS 2018**

N	MUNICÍPIO	DATA DE ASSINATURA	QUANTIDADE DE ESCRITURAS ASSINADAS
1	ANÁPOLIS	18/01/2018	61
ANÁPOLIS Total			61
2	BELA VISTA	23/01/2018	30
BELA VISTA Total			30
3	BOM JESUS	19/01/2018	20
BOM JESUS Total			20
4	CAÇU	24/02/2018	42
CAÇU Total			42
5	GOIÂNIA	31/01/2018	129
		22/06/2018	18
GOIÂNIA Total			147

6	JATAÍ	28/02/2018	453
JATAÍ Total			453
7	SENADOR CANEDO	28/05/2018	69
		15/06/2018	163
SENADOR CANEDO Total			232
Total Geral			985

- **EVENTOS REALIZADOS** - Foram realizados e organizados 140 eventos em 62 municípios do Estado no ano de 2018. Os eventos têm o objetivo de entregar casas, assinar e entregar de escrituras e cheques moradia, comunitário e reforma.

PROGRAMA	Nº EVENTOS	Nº DE MUNICÍPIOS
CASA LEGAL	23	17
CHEQUE MAIS MORADIA	97	51
CHEQUE MAIS MORADIA/CASA LEGAL	3	3
EVENTO INTERNO	14	1
GOVERNO JUNTO DE VOCÊ	3	3
Total Geral	140	

- **Assessoria de imprensa – 2.232 notícias veiculadas**

TOTAL DE VEICULAÇÕES EM 2018	
IMPRESSO	483
SITE	1422
TV	143
RÁDIO	139
BLOG	44
REVISTA	1
TOTAL	2.232

➤ **CADASTROS REALIZADOS** - Foram realizados, ao longo de 2018, o cadastro de 18.355 fichas dos conveniados Agehab. Foram executados a análise de 11.164 fichas, e destas, foram contemplados 9.565 beneficiários. Dos convênios assinados até 2018, ainda há 21.595 fichas com possibilidade de serem contemplados.

➤ **ARTICULAÇÃO SOCIAL** - Em 2018 foram previstas e realizadas as ações/atividades descritas na planilha abaixo. Os serviços foram executados em Goiânia, região metropolitana e nos municípios do interior do Estado de Goiás. Os municípios conveniados com a AGEHAB para a construção de unidades habitacionais receberam supervisão técnica no decorrer do ano em sua maioria por contatos telefônicos. Essa supervisão ocorre no âmbito das questões relacionadas à Elaboração e Execução do Projeto de Trabalho Social e questões relacionadas as irregularidades.

Ajustes em documentos relacionados ao empreendimento Conjunto Vera Cruz – Nelson Mandela e PAC - Jardim Curitiba ambos em Goiânia continuam em andamento.

Por ser um ano eleitoral, a demanda da gerência foi atípica, portanto alguns serviços diminuíram ou foram paralisados. As ações/atividades previstas e executadas durante o ano de 2018 estão descritas na tabela abaixo:

Ação/atividade	Quantidade	Local
Visitas domiciliares para Cheque Reforma e/ou Construção.	158	101 municípios do Estado de Goiás
Visita domiciliares para regularização fundiária.	11	Goiânia
Visita domiciliares para concessão de declaração de residência.	120	Goiânia
Visitas para análise de solicitação de moradia – Nelson	30	Goiânia

Mandela		
Visitas domiciliares para averiguação de irregularidades em imóveis de interesse social.	128	44 municípios do Estado de Goiás
Elaboração de Declaração de Residência e ofício de resposta.	120	Goiânia.
Supervisão de Projeto Social nos municípios		Nos municípios com convênio em andamento.
Evento de entrega de Unidades Habitacionais.	11	11 municípios do Estado de Goiás.
Reuniões internas e externas na Caixa, Ministério Público, Prefeitura, SESI, SENAI e CONDAP.	20	Goiânia
Reuniões de Gestão Condominial com beneficiários do FAR- Vera Cruz	28	Goiânia
Assinatura de Contratos FAR – Vera Cruz	1	Goiânia
Elaboração de Autorizações de Mudanças.	1.575	Para Goiânia e municípios que tiveram entrega de unidades habitacionais
Elaboração de documentos técnicos e acompanhamento de projetos.	2	- Termo de Referência do Nelson Mandela - Acompanhamento do Processo Licitatório Nelson Mandela
Participação em Conselhos Estaduais	Reuniões mensais	- Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS - Conselho Estadual da Igualdade Racial - CONIR
Produção de documentos	1	- Elaboração da Política de Sustentabilidade da Agehab.
Atendimento aos usuários da Política Habitacional.	4.000	AGEHAB (presenciais e por telefone)

➤ **FISCALIZAÇÕES REALIZADAS**

1) Vistorias realizadas de Janeiro/2018 a Dezembro/2018, agrupados por modalidade:

MODALIDADE							
COMUNITÁRIO ETAPA DE OBRA	CONSTRUÇÃO DIRETA (U.H.)	PLA-CAS (U.H.)	SUB 50 II (U.H.)	INDIVIDUAL AVT/ETAPA DE OBRA	AVT COMUNITÁRIO	CHEQUE REFORMA	TOTAL
12	5	0	1	23	11	0	52
4	7	1	3	13	31	0	59
17	5	1	2	17	9	0	51
9	1	1	1	6	2	0	20
24	12	1	7	10	15	1	70
19	4	1	4	5	18	1	52
23	6	3	6	19	23	0	80
13	1	1	2	10	3	0	30
21	8	3	3	28	4	1	68
11	6	1	3	30	5	0	56
23	6	3	1	14	10	0	57

10	9	1	4	10	12	3	49
186	70	17	37	185	143	6	644

2) Processos para concessão de Cheque Reforma para unidades habitacionais, do total de 912 processos existentes, a situação é:

2.1. 319 Processos analisados, dos quais:

- a. 63 foram arquivados;
- b. 20 foram encaminhados para aprovação e autorizar o arquivamento;
- c. 21 foram encaminhados para providências quanto as medidas administrativas;
- d. 109 não houve entrega de recursos (expirados e vigentes);
- e. 106 aguardando resposta de notificação e/ou análise de documentação de prestação de contas.

2.2.521 Processos em aberto em situações diversas: não há cadastros, não houve liberação de recursos, houve entrega de recursos e não foi solicitada a prestação de contas, etc. – em processo de análise.

3) CNPJ analisados, com convênios celebrados: aproximadamente 114.

➤ PROJETOS REALIZADOS

1. Elaboração dos projetos e as ações institucionais executadas para o licenciamento e para a captação de recursos objetivando a construção de unidades habitacionais e equipamentos públicos, destinados a municípios, entidades e pessoas de baixa renda, no Estado de Goiás, através da AGEHAB, realizadas no ano de 2018.

2. Dentre as ações destacamos as propostas apresentadas para captação de recursos federais específicos para melhorias na qualidade de vida da população, por meio de projetos de urbanização, de implantação de unidades habitacionais de interesse social incluindo ações de infraestrutura e a construção de equipamentos públicos.

3. Abaixo as ações executadas no ano de 2018:

3.1. **Chamamento Público para Seleção de Construtoras** – foram instruídos 4 (quatro) processos, que geraram a seleção de 10 (dez) construtoras, 38 (trinta e oito) municípios participantes com um total de 5.041 (cinco mil e quarenta e uma) unidades habitacionais em análise para futura contratação na CAIXA e 1.472UH (hum mil e quatrocentos e setenta e duas) com contrato assinado;

3.2. **Entrega de Projetos** - foram repassados cerca de 156 arquivos de projetos, entre equipamentos públicos e unidade habitacional, para municípios e entidades que buscaram parcerias com a AGEHAB;

3.3. **Elaboração de Projetos** - foram elaborados os seguintes Projetos, contendo todas as peças técnicas (projetos de arquitetura e engenharia, orçamento, cronograma, memorial e especificações):

- 3.3.1. Feira Coberta de Médio Porte – Área construída de 1.141,74m²
- 3.3.2. Feira coberta de Grande Porte – Área construída de 693,74m²
- 3.3.3. ILPI – Lar de idosos – Área construída de 1.225,44m²
- 3.3.4. Vila do Esporte – Área urbanizada de 20.680,00 m²

**Figura 1** – Feira de Médio e Grande porte**Figura 2** - ILPI – Lar de Idosos

3.4. **Sede AGEHAB** - foram elaborados os projetos para a reforma interna da sede da AGEHAB e a contratação da empresa para a execução da mesma. Todos os andares passaram por revisão de layout e mudanças de pontos elétricos e de rede.

3.5. **Relatório de Diagnóstico de Demanda por Equipamentos Públicos** – Foram levantados e mapeados todos os equipamentos públicos existentes no Conjunto Vera Cruz e apontados os necessários a serem construídos para atender a demanda dos novos empreendimentos habitacionais que serão implantados neste bairro. Esta ação foi executada em conjunto com as secretarias estaduais e municipais.

3.6. **Legalização dos empreendimentos** – os projetos dos equipamentos públicos foram aprovados nos órgãos públicos como Vigilância Sanitária – Estadual, Corpo de Bombeiros, Prefeitura Municipal de Goiânia.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, abrangendo a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM através de suas deliberações e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em convergências com as Normas Internacionais de Contabilidade.

A administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes nas Demonstrações Contábeis, estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela sua gestão.

3.1 Moeda Funcional

A moeda funcional praticada pela Agehab é o Real(R\$). Todos os valores de apresentação das Demonstrações Contábeis estão expressos em milhares de reais.

3.2 Principais Práticas Contábeis

a) Critérios de reconhecimento dos resultados – A entidade adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento dos ingressos, dispêndios e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento;

- b) Provisões para Férias e 13º Salário - É constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e incluem os correspondentes encargos sociais. Suportado por relatórios;
- c) Demais ativos e passivos – Circunscritos em período previsto de até 12 meses do exercício subsequente estão classificados como Curto Prazo Circulante, e os acima de 12 meses no Ativo e Passivo Não Circulante;
- d) Ativo Imobilizado – Os itens pertencentes ao Ativo Imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. Os encargos de depreciação são reconhecidos pelo método linear e depreciados baseados nas depreciações fiscais e econômicas;
- e) Demais Passivos Circulantes – os demais passivos circulantes, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias;
- f) Passivos não Circulantes - Os passivos não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até 31 de dezembro de 2018;
- g) Receitas e Despesas - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de Competência. As apropriações das receitas e despesas foram registradas na data em que ocorreram o fato gerador.
- h) Uso de estimativas – A preparação das Demonstrações Contábeis, incluem estimativas e premissas, com a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas de útil dos bens, provisão para contingências e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas ou premissas;
- i) Caixa e equivalentes de caixa – Para fins das Demonstrações Contábeis correspondem aos saldos de disponibilidade (Caixa sede e contas bancárias) e aplicações financeiras de liquidez imediata;
- j) Contas a receber operacional – São reconhecidos pelo valor nominal contratual referente venda de loteamentos em períodos anteriores. Na geração de caixa pelo recebimento em atraso, os juros e correções são classificados como receita financeira. Estima-se que os saldos das contas a receber estejam próximos de seus valores justos de mercado.
- k) Provisão para Devedores Duvidosos - Foram constituídas provisões para devedores duvidosos sobre os créditos vencidos acima de 180 dias, em atenção as normas contábeis a estes tipos e operações.
- l) Despesas Antecipadas - Em 2018, objetivando uma proteção mais abrangente de seus bens, a companhia fez a contratação de seguros empresarial.
- m) Demonstrações do fluxo de caixa - DFC – A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução/CFC Nº 1.296/10, que aprovou a NBC T 03 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

4. Disponibilidades e Títulos Valores Mobiliários

São compostas pelo caixa, contas bancárias, aplicações financeiras de liquidez imediata de Recurso Próprio – AGEHAB,

E de contas bancárias com vinculação a contratos junto à Caixa Econômica Federal (CEF)/FGTS, sendo utilizadas exclusivamente para pagamentos dos contratos para construção das unidades habitacionais, conveniadas como Estado de Goiás junto a Secretaria da Fazenda (Fundo de Compensação de Valores Salariais-FCVS), Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA (Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2017) e Ministério das Cidades(Programa de Aceleração do Crescimento-PAC).

Foram encerradas 25(vinte e cinco) contas correntes foram encerradas durante o ano de 2018, em decorrência da finalização e entrega de obras administradas pela Agehab conveniadas com o Estado de Goiás e Caixa Econômica Federal.

	2018	2017
Caixa	R\$ 1.433,59	R\$ 504,09
Bancos - Recursos Próprios	R\$ 26.172,59	R\$ 1.450.857,94
Bancos - Convênios PAC,SECIMA,SEFAZ	R\$ 1.755,30	R\$ 90.293,57
Bancos - Convênios Obras/FGTS CEF	R\$ 144.734,58	R\$ 4.207.970,32

Disponibilidades Financeiras	R\$ 174.096,06	R\$ 5.749.625,92
	2018	2017
Aplicações Financeiras - Recursos Próprios	R\$ 1.556.620,45	R\$ 1.956.785,55
Aplicações Financeiras- Convênios PAC,SECIMA,SEFAZ	R\$ 1.705.344,49	R\$ 1.842.007,43
Aplicações Financeiras - Convênios Obras/FGTS CEF	R\$ 841.696,74	R\$ 6.650,59
Títulos e Valores Mobiliários	R\$ 4.103.661,68	R\$ 3.805.443,57
TOTAL	R\$ 4.277.757,74	R\$ 9.555.069,49

Consistem de numerários em poder dos bancos, aplicações financeiras de liquidez imediata e que apresentam risco insignificante de mudança de valor.

Os valores das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis por estarem atreladas à variação de aplicações de fundo de rendimentos específicos com rentabilidade pós-fixada verificada mensalmente através dos extratos confirmatórios de rendimentos apresentados pelas instituições financeiras.

5. Clientes – Contas a Receber Operacional

Refere-se a Prestações a receber dos bens imóveis comercializados no Conjunto Habitacional Parque Atheneu, Acalanto, Vila Sol Dourado e Vera Cruz, conforme Ata AGE nº 75ª de 29/01/2010.

	2018	2017
Prestação a receber - Conjuntos e Loteamentos	R\$ 546.458,40	R\$ 559.177,86
(-)Provisão para perdas de Liquidação Duvidosa	(R\$ 359.116,16)	R\$ -
Clientes a Receber Operacionais	R\$ 187.342,24	R\$ 559.177,86

Os créditos não recebidos são atualizados a juros contratual de 6% a.a mais taxa referencial (T.R).

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída baseado na legislação vigente, considerando os títulos vencidos a mais de 180 dias.

6. Adiantamento Concedidos a Obras Administradas

Os adiantamentos concedidos a obras administradas pela AGEHAB, são oriundos de repasse efetuados através de recursos próprios (AGEHAB) para as contas correntes das obras vinculadas a convênio CEF/FGTS e obras diretas (Real Conquista, Acreúna, João Paulo) para subsidiar serviços, materiais, salários, impostos e outros custos aplicados na construção das unidades habitacionais. Sendo apurado na conclusão da obra lucro/prejuízo da construção.

Obras	2018	2017
João Paulo II	R\$ 5.055.013,02	R\$ 5.246.283,45
São Miguel do Passa Quatro	R\$ -	R\$ 85.611,94
Santa Isabel - Setor Sul	R\$ -	R\$ 389.281,62
Cachoeira Alta	R\$ -	R\$ 112.184,63
Santa Rita do Araguaia	R\$ -	R\$ 60.177,77
Goiandira	R\$ 61.160,17	R\$ 62.300,17
Barro Alto	R\$ 216.691,30	R\$ 180.520,81
Formoso	R\$ -	R\$ 103.734,72
Minaçu	R\$ -	R\$ 1.635,03
Água Fria	R\$ -	R\$ 43.027,26
Acreúna	R\$ -	R\$ 1.597.035,33
Real Conquista	R\$ 225.416,51	R\$ 12.425.958,34
Estrela Dalva (Edeia),Vale do Sol(Edeia), Enedina O.Silva (Ipameri)	R\$ -	R\$ 500,00

Damianópolis	R\$ 97.494,97	R\$ 71.044,97
Alto Paraíso	R\$ -	R\$ 324.721,72
Provisão para perdas	R\$ -	(R\$ 6.148.567,63)
Real Conquista	R\$ -	(R\$ 6.148.567,63)
Adiantamento Concedidos a Obras	R\$ 5.655.775,97	R\$ 14.555.450,13

Em decorrência dos procedimentos de legalizações de diversas obras durante o período de 2018, como emissão da certidão negativa de débito, averbações das unidades habitacionais e quitação de valores com as construtoras, foram apurados os resultados das respectivas obras e por consequência regularização dos empréstimos.

7. Antecipações a empregados

Referem-se à quitação das férias aos empregados que serão compensados nas competências subsequentes.

	2018	2017
Antecipações a Empregados		
Férias	R\$ 124.687,33	R\$ 111.257,11

8. Adiantamento por contas de viagens

O valor de R\$ 3.522,00 refere-se a adiantamento por conta de viagens, com a implantação de controles internos a partir de 01 de Maio de 2018, foram possíveis os procedimentos de antecipações financeiras das diárias aos empregados, a compensação ocorre após o retorno da viagem realizada e apresentação dos documentos hábeis (prestação de contas).

9. Tributos a Recuperar

Refere-se a Saldo Negativo do Imposto de Renda oriundo de IRRF sobre Aplicações Financeiras/Poupança e IRRF Retido da nota fiscal emitida para Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, valores atualizados conforme juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

Solicitado junto à Receita Federal, através PERDCOMP pedido de restituição e aberto processo administrativo sob nº 10010.040307/0918-82, em análise.

	2018	2017
Tributos Federais a Recuperar	R\$ 944.827,99	R\$ 876.168,77

10. Despesas Antecipadas

O valor de R\$ 3.762,45 refere-se a contratação de seguro do prédio localizado a sede da Agehab, apólice sob nº 1201800866307, vigência de 20/11/2018 a 20/11/2019.

11. Estoque de bens (CONSUMO INTERNO)

Referem-se ao estoque de materiais (almoxarifado) destinados ao consumo interno. São avaliados ao custo médio de aquisição, sendo controlados através de inventários periódicos.

	2018	2017
Estoque de bens - Almoxarifado	R\$ 65.551,30	R\$ 55.474,44

12. Realizável a Longo Prazo

12.1 Devedores por Vendas Compromissadas - Refere-se a Prestações a receber dos bens imóveis comercializados no Conjunto Habitacional Parque Atheneu, Acalanto, Vila Sol Dourado e Vera Cruz, conforme Ata AGE nº 75ª de 29/01/2010.

	2018		2017	
Conjuntos Habitacionais	R\$	487.800,34	R\$	535.626,20
Conjunto Habitacional Parque Atheneu	R\$	487.800,34	R\$	535.626,20

Os créditos não recebidos são atualizados a juros contratual de 6% a.a mais taxa referencial (T.R).

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída baseado na legislação vigente, considerando os títulos vencidos a mais de 180 dias.

12.2 Devedores por Créditos Repassados

12.2.1 Crédito com a Prefeitura de Anápolis estão atualizados pelo índice UPC (Unidade Padrão de Capital), refere-se a valores repassados para construção de infraestrutura de conjuntos habitacionais contrato renegociado em 19/01/1973.

12.2.2 Em 2017 foram realizadas compensações referentes a crédito junto à Prefeitura de Goiânia, realizado encontro de contas com débitos de ITU. Valor atualizado monetariamente, saldo remanescente no valor de R\$ 69.091,18, processo sob nº 74539041 em andamento junto a Prefeitura de Goiânia, para aproveitamento do crédito.

	2018		2017	
Infra Estrutura de Conjuntos	R\$	5.739.536,06	R\$	5.585.267,23
Prefeitura Municipal de Anápolis	R\$	5.670.444,88	R\$	5.516.176,05
Prefeitura Municipal de Goiânia - PAVICAP	R\$	69.091,18	R\$	69.091,18

12.2.3 Unidades Residenciais de Programas de Governo, no município de Senador Canedo e Aparecida de Goiânia:

Descrição da Conta	2018	2017
Conjunto Sabia- Senador Canedo	R\$ 1.566.595,92	R\$ 1.723.255,56
Conjunto Planície - Aparecida de Goiânia	R\$ 176.744,44	R\$ 176.744,44
SOMA	R\$ 1.743.340,36	R\$ 1.900.000,00

Em 2018, foram realizadas doações dos imóveis localizados no município de Senador Canedo – Conjunto Sabiá.

Foram realizadas as baixas contábeis dos bens escriturados e registrados aos donatários no valor de R\$ 156.659,64.

12.2.4 Terrenos Destinados Edificações ou Urbanização

12.2.4.1 Conjunto Santos Dumont

LOCALIDADE	QUADRA	LOTE	RUA	VLR.M2		Valor Contábil
CONJUNTO SANTOS DUMONT	114	5	Rua 04	550	18,72	R\$ 10.296,00
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	15	Rua 10	450	18,72	R\$ 8.424,00
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	16	Rua 10	450	18,72	R\$ 8.424,00
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	17	Rua 10	573,10	18,72	R\$ 20.364,38
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	18	Rua 19	380,32	18,72	R\$ 7.147,30
						R\$ 54.655,68

12.2.4.2 Conjunto Vera Cruz

Terrenos destinados a Edificações no valor contábil de R\$ 2.396.297,72 referente aos lotes localizados no Conjunto Vera Cruz – Fazenda São José, devido a destinação de venda/alienações dos referidos imóveis para construção da segunda etapa do empreendimento Nelson Mandela.

Foram assinados em 28 de Dezembro de 2018 – Contratos por Instrumento Particular de Compra e Venda de Imóvel e de Produção de Empreendimento Habitacional no Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – Recursos FAR, com pagamento parcelado entre Agehab – Agência Goiana de Habitação S/A (parceira/vendedora), Construtora Central do Brasil (Construtora) e o Fundo de Arrendamento Residencial FAR (compradora/contratante) representado pela Caixa Econômica Federal para alienação dos referidos lotes para construção da 2ª Etapa Nelson Mandela que gerará a contrapartida financeira para Agehab no valor de R\$ 11.776.000,00 (Onze milhões, setecentos e setenta e seis reais mil).

Tais contratos, todavia, contêm cláusulas suspensivas que não foram cumpridas até a presente data para efetiva concretização da negociação, por este motivo, não houve o reconhecimento contábil das referidas vendas e não houve a transferências dos imóveis vendidos.

12.2.5 Depósitos/Bloqueios Judiciais - Valores referente deposito recursal e bloqueios por decisão judicial em contas bancárias oriundos de Ações Trabalhistas e Cíveis, aguardando julgamento do mérito.

Data	Documento	Valor
03/06/2016	REU: PROTEGE AUTOR: MUNICIPIO DE RIO VERDE PROCESSO 5431528-93-2013-8-09-0138-28993	R\$ 41.167,61
07/07/2016	Deposito recursal Valdemir Silvestre da Silva PROCESSO 0000075-92.2015.5.18.0129	R\$ 8.183,06
TOTAL		R\$ 49.350,67

12.2.6 Devedores Diversos - Ativo Contingente - Refere-se a direitos potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Processos Judicial Civil em tramitação, PROVISIONADO, classificados como ATIVO CERTO

Ação Ordinária de Rescisão Contratual Cumulada com Devolução de Valores contra a empresa Bombardi Designar Ltda, que devido a inaplicabilidade do projeto, atualizado monetariamente em R\$ 26.675,94, processo em fase de cumprimento de sentença.

13. Imobilizado e Intangível

13.1 Imobilizado

13.1.1 O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e os bens são destinados ao funcionamento normal da entidade, os bens sujeitos a depreciação foram depreciados pelo método linear a taxas que levam em conta seu tempo de vida útil econômica, conforme emissão de laudo e informações dos responsáveis pelos bens.

13.1.2 Os bens são devidamente identificados por plaquetas, alocados por departamentos e centos de custos.

	2017	Débitos	Créditos	2018
Imobilizado	R\$ 1.000.166,47	R\$ 426.480,99	R\$ 282.635,73	R\$ 1.144.011,73
Bens Tangíveis	R\$ 2.062.649,46	R\$ 415.531,44	R\$ 19.252,24	R\$ 2.458.928,66
Bens Móveis	R\$ 1.762.346,64	R\$ 415.531,44	R\$ 19.252,24	R\$ 2.158.625,84

Veículos	R\$ 1.116,00			R\$ 1.116,00
Móveis e Utensílios	R\$ 538.287,66	R\$ 9.820,86	R\$ 15.411,21	R\$ 532.697,31
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	R\$ 21.602,36		R\$ 2.299,78	R\$ 19.302,58
Computadores e Periféricos	R\$ 1.075.061,60	R\$ 387.898,58	R\$ 700,00	R\$ 1.462.260,18
Instalações de Escritório	R\$ 126.279,02	R\$ 17.812,00	R\$ 841,25	R\$ 143.249,77
Bens Imóveis	R\$ 300.302,82			R\$ 300.302,82
Terrenos	R\$ 30.134,70			R\$ 30.134,70
Edificações	R\$ 123.309,16			R\$ 123.309,16
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	R\$ 146.858,96			R\$ 146.858,96
(-) Depreciações Acumuladas	(R\$1.062.482,99)	R\$ 10.949,55	R\$ 263.383,49	(R\$1.314.916,93)
(-) Depreciações de Bens Móveis	(R\$ 968.373,55)	R\$ 10.949,55	R\$ 243.821,45	(R\$1.201.245,45)
(-) Veículos	(R\$ 1.116,00)			(R\$ 1.116,00)
(-) Móveis e Utensílios	(R\$ 342.171,49)	R\$ 9.976,04	R\$ 46.832,16	(R\$ 379.027,61)
(-) Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	(R\$ 9.462,13)	R\$ 447,43	R\$ 10.287,88	(R\$ 19.302,58)
(-) Computadores e Periféricos	(R\$ 557.754,56)		R\$ 173.443,10	(R\$ 731.197,66)
(-) Instalações de Escritório	(R\$ 57.869,37)	R\$ 526,08	R\$ 13.258,31	(R\$ 70.601,60)
(-) Depreciação de Bens Imóveis	(R\$ 94.109,44)		R\$ 19.562,04	(R\$ 113.671,48)
(-) Edificações	(R\$ 62.535,92)		R\$ 3.066,60	(R\$ 65.602,52)
(-) Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	(R\$ 31.573,52)		R\$ 16.495,44	(R\$ 48.068,96)

13.2 Intangível

b.1) No intangível está classificado os sistemas operacionais (SOFTWARE), são licenças por tempo indeterminado de uso "perpétua", adquiridos em 2016 e em implantação durante o ano de 2017, os sistemas corporativos ERP de integração contábil, financeira, departamento pessoal, almoxarifado e sistema de Gestão Eletrônica de Documentos. Amortização é calculada pelo método linear com base na vida útil e as despesas associadas à sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas.

	2017	Débitos	Créditos	2018
Bens Intangíveis	R\$ 910.397,03	R\$ 69.920,00	R\$ 81.112,53	R\$ 899.204,50
Bens Intangíveis	R\$ 1.019.181,58	R\$ 69.920,00		R\$ 1.089.101,58
Software	R\$ 1.019.181,58	R\$ 69.920,00		R\$ 1.089.101,58
(-) Amortizações Acumuladas	(R\$ 108.784,55)		R\$ 81.112,53	(R\$ 189.897,08)
(-) Amortizações do Intangível	(R\$ 108.784,55)		R\$ 81.112,53	(R\$ 189.897,08)
(-) Software	(R\$ 108.784,55)		R\$ 81.112,53	(R\$ 189.897,08)

14. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Tributárias

Refere-se a valores provisionados decorrentes da folha de pagamento, valores descontados, contribuições previdenciárias, Fundo Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), retenções de impostos federais e municipais, ISS, PIS, COFINS que serão recolhidos e repassados no período subsequente, que são apropriados pelo regime de competência.

	2018	2017
Obrigações Trabalhistas	R\$ 241.292,88	R\$ 106.932,82
Consignações da Folha de Pagamento	R\$ 49.211,03	R\$ 122.900,54
Obrigações Previdenciárias	R\$ 1.874.462,69	R\$ 639.436,64
Obrigações Tributárias	R\$ 1.136.653,76	R\$ 399.213,22
TOTAL	R\$ 3.301.620,36	R\$ 1.268.483,22

Aumento das obrigações sociais e tributárias devido dificuldade financeiras enfrentadas em 2018.

Os impostos e contribuições (Imposto de renda, Contribuição Previdenciária, PIS e COFINS) sem recolhimentos desde a competência de 08/2018 e estão sendo realizadas ações para quitações que corresponde a parte não parcelável e parcelamentos da parte parcelável.

Contabilizados pelo regime de competência multa de mora de 0,33% por dia de atraso, limitado a 20% e juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

15. Fornecedores de Bens e Serviços

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso ordinário dos negócios, são reconhecidos pelo regime de competência, através da apresentação de nota fiscal/fatura.

	2018		2017	
Fornecedores de bens e serviços	R\$	963.426,80	R\$	490.197,69
Classificação	R\$	963.426,80	%	
Aquisição de bens	R\$	244.503,75	25%	
Serviços	R\$	345.562,91	36%	
Publicações	R\$	301.772,05	31%	
Utilidades	R\$	45.199,67	5%	
Conselheiros	R\$	17.089,31	2%	
Diárias	R\$	138,00	0%	
Materiais em geral	R\$	9.161,11	1%	

16. Tributos Parcelados – Curto Prazo

16.1 Tributos Parcelados – Lei nº 11.941/2009 – Parcelamento junto a Receita Federal, recolhido em 27 de Dezembro de 2018 a parcela 90ª no valor de R\$ 976,11.

16.2 Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT (parcelamento Contribuição Previdenciária- INSS), prestado de contas em 06 de Agosto de 2018, aguardando consolidação pela Receita Federal do Brasil.

	2018		2017	
Parcelamento Lei nº 11.941/2009	R\$	11.713,32	R\$	11.327,52
(-) Encargos a Pagar	(R\$)	4.485,44		0,00
Parcelamento INSS – PERT		0,00	R\$	159.088,40
Tributos Parcelados Curto Prazo	R\$	7.227,88	R\$	170.415,92

17. Provisões Trabalhistas e Contingências Judiciais

17.1 Provisões Trabalhistas - Proveniente de registros das seguintes contingências: Provisão Férias, 1/3 Férias e os Impostos (INSS e FGTS) no valor de R\$ 2.432.828,74, sendo registradas pelo regime de competência as obrigações com férias, sendo baixados no momento do gozo das férias.

	2018		2017	
Provisão de Férias	R\$	2.432.828,74	R\$	2.618.281,33

17.2 Provisões para Contingências - Ações Trabalhista – COHAB -, refere-se a provisão decorrente de ação trabalhista, realizado acordo judicial para quitações em 36 vezes, sendo em 2018 quitado o correspondente a 7 parcelas, sendo contabilizado curto e longo prazo.

	2018		2017	
Ações Trabalhistas - COHAB	R\$	245.469,83	R\$	736.611,98

18. Adiantamentos recebido das Obras

18.1 Os adiantamentos recebidos das obras são oriundos de repasse efetuados através de recursos específicos vinculados as obras para

as contas bancárias da AGEHAB. Sendo apurado na conclusão da obra lucro/prejuízo da construção.

Em decorrência dos procedimentos de legalizações de diversas obras durante o período de 2018, como emissão da certidão negativa de débito, averbações das unidades habitacionais e quitação de valores com as construtoras, foram apurados os resultados das respectivas obras e por consequência regularização dos adiantamentos.

Obras/Municípios	2018		2017	
Santa Isabel	R\$	-	R\$	396.877,49
Itapuranga	R\$	-	R\$	351.007,16
Itaguaru	R\$	-	R\$	93.690,65
Itaguarí	R\$	-	R\$	34.782,32
Pirenópolis	R\$	-	R\$	302.943,02
Lagoa Santa	R\$	-	R\$	33.871,13
Aparecida do Rio Doce	R\$	-	R\$	261.656,91
Ipameri	R\$	-	R\$	123.600,00
Campinaçu	R\$	-	R\$	270.414,43
Água Fria	R\$	1.272,74	R\$	-
Adiantamento Recebido das Obras	R\$	1.272,74	R\$	1.868.843,11

18.2 Empréstimos Bancários

O valor de R\$ 1.259,00 vinculado a conta 702-6 da Alto Paraíso é devido saldo negativo em conta corrente, regularizado em Janeiro de 2019.

19 EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

19.1 Os Créditos para Recursos Vinculados refere-se a valores controlados em contas bancárias vinculadas por Contratos, para construções de unidades habitacionais, programa PSH, Resolução 460, FNHIS, SUB 20, PHIS e Convênio de Cooperação Técnica e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Créditos Vinculados	2018		2017	
Programa Resolução 460	R\$	431.711,87	R\$	1.276.352,35
Programas Sub 20 FGTS/CEF	R\$	552.260,45	R\$	2.938.268,56
Convênio Secretaria Meio Ambiente	R\$	8.011,08	R\$	5.813,47
Convênio Ministério das Cidades	R\$	1.701.184,50	R\$	1.836.594,62
Convênio Secretaria da Fazenda Goiás	R\$	1.334,21	R\$	89.892,91
TOTAL	R\$	2.694.502,11	R\$	6.146.921,91

Em decorrência dos procedimentos de legalizações de diversas obras durante o período de 2018, como emissão da certidão negativa de débito, averbações das unidades habitacionais e quitação de valores com as construtoras, diversas obras foram concluídas e entregues ano de 2018.

19.2 Tributos Parcelados – Longo Prazo

Refere-se a parcelamento junto à Receita Federal – Lei nº 11.941/2009 - Parcelamento junto a Receita Federal, recolhido em 27 de Dezembro de 2018 a parcela 90ª no valor de R\$ 976,11.

	2018		2017	
Parcelamento Lei nº 11.941/2009	R\$	54.662,16	R\$	64.189,28
(-) Encargos a Pagar	(R\$)	20.932,07		
Tributos Parcelados Longo Prazo	R\$	33.730,09	R\$	64.189,28

19.3 PASSIVOS CONTINGENTES Referem-se a obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Ações Trabalhista – COHAB -, refere-se a provisão de decorrente de ação trabalhista, realizado acordo judicial para quitações em 36 vezes, sendo em 2018 quitado o correspondente a 7 parcelas no valor de R\$ 347.748,60

Provisionado o valor de R\$ 666.335,50 referente processo 104416-45.1997.8.09.0051 – 13ª Vara cível e Ambiental de Goiânia/Goiás, classificado como PASSIVO CERTO pela Assessoria Jurídica.

Provisionado o valor de R\$ 588.317,52 referente 52 ações cíveis de usucapião comarca de Pirenópolis, imóveis da carteira imobiliária do Estado de Goiás nos setores Vila Matutina e Vila Pirineus, classificado como PASSIVO CERTO pela Assessoria Jurídica.

Provisão no valor de R\$ 92.049,56 referente processo trabalhista 001051.41.2015.5.18.0012, solicita diferenças salariais funcionário da Obra do Real Conquista, classificados como PASSIVO CERTO pela Assessoria Jurídica.

2018	
Ações Trabalhistas - COHAB	R\$ 347.748,60
Ações Cíveis	R\$ 1.254.653,02
Ações Trabalhistas - Real Conquista	R\$ 92.049,56
Provisões para Contingências	R\$ 1.694.451,18

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido no valor de R\$ 12.428.311,29, está demonstrado com as seguintes contas:

20.1 Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2.018 no valor de R\$ 151.518.762,62, composto de 151.518.762,62 ações ordinárias nominativas com valor unitário por ação de R\$ 1,00 (um real), sendo o Governo do Estado de Goiás acionista majoritário com 99,94% das ações. Aprovado aumento de Capital, através de Assembleia Geral, Ata 48ªAGO/98ªAGE de 25 de Abril de 2018 no valor de R\$ 20.000.000,00 (Vinte milhões de Reais), o valor a Integralizar em 31 de Dezembro de 2018 é de R\$ 17.614.804,54.

20.2 Reservas de Capital no valor de R\$ 9.389.064,77, com bens e serviços a realizar, sendo investimentos de ações no valor de R\$ 6.789.064,77 e Edificações no valor de R\$ 2.600.000,00;

20.3 Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 49.037.277,03; Prejuízo do Exercício de 2.014 no valor de R\$: 11.759.984,09; Prejuízo do Exercício de 2.015 no valor de R\$ 19.706.675,98; Prejuízo do Exercício de 2.016 no valor de R\$ 18.993.909,13; Prejuízo do Exercício de 2.017 no valor de R\$ 23.563.103,62; Ajustes positivos de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 6.304.683,76; Prejuízo Acumulado do exercício de 2018 é de R\$ 31.723.250,01; prejuízo acumulado total é de R\$ 148.479.516,10.

	2018		2017	
Capital Social	R\$	169.133.567,16	R\$	149.133.567,16
(-) Capital a Integralizar	R\$	-17.614.804,54	R\$	-16.909.516,01
Capital Integralizado	R\$	151.518.762,62	R\$	132.224.051,15
Investimento em Ações	R\$	6.789.064,77	R\$	6.789.064,77
Edificações	R\$	2.600.000,00	R\$	2.600.000,00
Reservas de Capital	R\$	9.389.064,77	R\$	9.389.064,77
Resultado Exercícios Anteriores	R\$	-123.060.949,85	R\$	-99.497.846,23
Prejuízo Apurado do Exercício	R\$	-31.723.250,01	R\$	-23.563.103,62
Ajuste de Exercícios Anteriores	R\$	6.304.683,76	R\$	6.281.309,87
Resultado de Apuração	-R\$	148.479.516,10	-R\$	116.779.639,98

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$	12.428.311,29	R\$	24.833.475,94
---------------------------	------------	----------------------	------------	----------------------

21. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

21.1 Receita Operacional Líquida

É reconhecida tomando por base a prestação de serviço da administração da carteira imobiliária do Estado de Goiás, taxas de expedientes e resultado financeiro das obras concluídas durante o período de 2018, descontada dos impostos incidentes.

	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA	R\$ 6.796.413,62	R\$ 5.450.690,20
Receita Gestão da Carteira e taxas	R\$ 3.650.866,18	R\$ 3.647.571,28
Subvenção Governamental Resultado do (Encerramento Obras)	R\$ 3.665.795,88	R\$ 2.295.483,24
Outras Receitas	R\$ -	R\$ 27.414,56
(-) Impostos Incidentes (ISS, PIS e COFINS)	R\$ -520.248,44	R\$ -519.778,88

Subvenção Governamental refere-se a convênios firmados entre a Caixa Econômica Federal, Estado de Goiás e Agência Goiana de Habitação S/A(Agehab), utilizando os recursos Fundo de Garantia do Tempo de Serviço(FGTS) e Cheque moradia(Estado de Goiás) para construção de Unidades Habitacionais nos municípios do Estado de Goiás. A administração dos recursos ocorreu por responsabilidade da Agehab que ao final da obra apropriou no resultado financeiro as disponibilidades nas contas correntes vinculadas.

Municípios	UH
Aparecida do Rio Doce - Lot. Omar Divino de Almeida	60
Campinaçu - Setor Morada Feliz	45
Santa Isabel - Setor Francisco Tavares dos Santos	42
Minaçu - Setor Jardim Floresta	54
Ipameri - Lot. Enedina Oliveira e Silva	69
Lagoa Santa - Lot. Pousada das Nascentes	49
Itaguaru - Residencial Raio de Sol	50
Itaquari - Residencial Alto Paraíso	79
Itapuranga - Loteamento Margareth Soares	204
Pirenópolis - Conjunto Residencial Luciano Peixoto	149

21.2. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2018	2017
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	R\$ 29.397.686,77	R\$ 22.668.441,90
Mão de Obra Aplicada	R\$ 19.786.912,98	R\$ 19.224.846,98
Serviço de Terceiros Aplicados	R\$ 1.734.942,90	R\$ 2.841.278,95
Outros Custos Operacionais	R\$ 94.800,24	R\$ 135.164,54
Custos Com Obras Cíveis	R\$ 7.781.030,65	R\$ 467.151,43

21.2.1 MÃO de OBRA APLICADA – Refere-se apropriação por regime de competência dos valores de salários, férias, 13º salário, e encargos sociais, vale transporte, vale alimentação, estagiários, conselheiros, controlados através dos centros de custos dos empregados ligados aos custos diretos.

21.2.2 SERVIÇOS DE TERCEIROS

Reconhecimento dos custos de serviços de terceiros aplicados na execução da operacionalização, como:

Locação de veículos, locação de bens, serviços gráficos, eventos e divulgação, levantamento cadastral, entrega de documentos, manutenção de software.

21.2.3 CUSTOS COM VIAGENS A SERVIÇO E UTILIDADES

Refere-se às diárias pagas aos empregados efetivos relacionados a viagens a eventos, vistorias e fiscalizações de obras, reuniões, cadastramento e seguros dos prestamistas.

21.2.4 CUSTOS OBRAS CIVIS – Refere-se a valores aportados pela Agehab através de recursos próprios para subsidiar as construções de Unidades Habitacionais, são materiais, serviços aplicados, taxas bancárias e outros gastos.

Em decorrência dos procedimentos de legalizações de diversas obras durante o período de 2018, como emissão da certidão negativa de débito, averbações das unidades habitacionais e quitação de valores com as construtoras, foram apurados os resultados das respectivas obras e por consequência regularização dos adiantamentos que geraram a apropriação dos referidos custos.

Municípios	UH
São Miguel do Passa Quatro - Lot. João Batista de Oliveira Neto	108
Santa Isabel - Setor Sul	42
Formoso - Conjunto Habitacional Renascer	49
Santa Rita do Araguaia - Lot. Nicomedes Vieira de Rezende	49
Cachoeira Alta - Loteamento Jardim Beija Flor	50
Alto Paraíso - Loteamento Cidade Alta	50
Acreúna - Residencial Canadá	155
Real Conquista - VIII, IX e X	602

21.3. DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ 8.487.630,79	R\$ 6.668.883,25
Despesas Administrativas	R\$ 6.788.217,88	R\$ 6.199.901,96
Despesas Tributárias	R\$ 66.975,20	R\$ 351.602,49
Outros Despesas	R\$ 1.632.437,71	R\$ 117.378,80

21.3.1 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

a) **PESSOAL** - Refere-se apropriação por regime de competência dos valores de salários, férias, 13º salário, contribuição previdenciária, FGTS, vale transporte, vale alimentação, estagiários e todos os encargos relacionados com pessoal, controlados através dos centros de custos dos setores administrativos e Conselheiros de Administração e Fiscal;

b) **MATERIAL DE CONSUMO E UTILIDADES** - Reconhecimento por regime de competência, materiais de escritório, informática, copa e cozinha, manutenções e telefonia fixa e móvel, energia elétrica, água e esgoto, internet, lanches e refeições, correios, cartórios;

c) **SERVIÇOS DE TERCEIROS** – Manutenções prediais, auditoria externa, assinatura de jornais, portaria e vigilância, limpeza e conservação e outros.

21.3.2 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Refere-se IOF, ISTI para regularização de imóveis, IPTU e ITU dos imóveis do arquivo situado no Arquivo Riviera e Sede no Setor Aeroporto, taxas federais e municipais.

21.3.3 Outras Despesas Operacionais

a) Indenizações Judiciais após processo julgado e realizadas provisões de processo em classificado como PASSIVO CERTO

Provisionado o valor de R\$ 666.335,50 referente processo 104416-45.1997.8.09.0051 – 13ª Vara cível e Ambiental de Goiânia/Goiás, classificado como PASSIVO CERTO pela Assessoria Jurídica.

Provisionado o valor de R\$ 588.317,52 referente 52 ações cíveis de usucapião comarca de Pirenópolis, imóveis da carteira imobiliária do Estado de Goiás nos setores Vila Matutina e Vila Pirineus, classificado como PASSIVO CERTO pela Assessoria Jurídica.

Provisão no valor de R\$ 92.049,56 referente processo trabalhista 001051.41.2015.5.18.0012, solicita diferenças salariais funcionário da Obra do Real Conquista, classificados como PASSIVO CERTO pela Assessoria Jurídica.

b) Apropriação de Perdas de Liquidação Duvidosa, das prestações a receber dos bens imóveis comercializados no Conjunto Habitacional Parque Atheneu, Acalanto, Vila Sol Dourado e Vera Cruz, conforme Ata AGE nº 75ª de 29/01/2010.

21.3.4 OUTRAS DESPESAS E RECEITAS

	2018	2017
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS	R\$ 501.491,79	R\$ 386.332,17
Depreciação e Amortização	R\$ 304.805,50	R\$ 212.781,06
Contribuições Patronais	R\$ 32.423,96	R\$ 173.257,31
Perdas de Capital	R\$ 164.262,33	R\$ 293,80

21.3.4.1 Apropriações de depreciações e amortizações dos bens tangíveis e intangível, baseado na vida útil econômica,

21.3.4.2 Contribuições Patronais e Associações ligadas ao Sindicato de categoria;

21.3.4.3 Perda de capital - Em 2018, foram realizadas doações dos imóveis localizados no município de Senador Canedo – Conjunto Sabiá.

21.4 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Referem-se DESPESAS FINANCEIRAS às tarifas bancárias debitadas das contas bancárias, juros e multas (decorrente de dificuldade financeira)

RECEITAS FINANCEIRAS São rendimentos de aplicações financeira/poupança, atualizações dos financiamentos concedidos

	2018	2017
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	R\$ -132.854,28	R\$ 709.863,50
Despesas Financeiras	R\$ 486.945,55	R\$ 98.775,71
(+)Receitas Financeiras	R\$ 354.091,27	R\$ 808.639,21

Goiânia/GO, 31 de dezembro de 2018.

CLEOMAR DUTRA FERREIRA
Presidente
CPF: 349.423.431-00

STANLEY SEBASTIÃO VALENTE
Diretor Administrativo
CPF: 112.842.001-59

AMAURI BATISTA REGIS
Diretor Financeiro
CPF: 326.720.476-34

HIMERSON PEREIRA FARIAS
Diretor Técnico
CPF: 558.055.581-49

MARIA JOSÉ GUIMARÃES CABRAL
Diretor Des. Inst. Coop. Técnica
CPF: 915.800.301-06

KAMILA GUIMARÃES RODRIGUES
Contadora CRC nº 017564
CPF: 913.946.431-87

CIRO MEIRELES JÚNIOR
Diretor de Governança e Transparência
CPF: 728.140.981-87